

**ONDE DÓI? UM ESTUDO SOBRE DETERMINANTES E PROBLEMAS
OSTEOMUSCULARES NOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**WHERE DOES IT HURT? A STUDY ABOUT OSTEOMUSCULAR
DETERMINANTS AND PROBLEMS IN THE ADMINISTRATIVE TECHNICIANS
OF UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Jarmeson Vidal de Oliveira

Mestrando em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (Plandites/UERN). E-mail: jarmeson@gmail.com (Brasil)

Francisca Adriana Barreto

Professora Adjunta II da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Doutoranda em Geografia pelo PPGeo/UFPE. E-mail: chikinhadrika@gmail.com (Brasil).

Data de recebimento do artigo: 05-12-2016

Data de aceite do artigo: 05-12-2017

Doi: <http://dx.doi.org/10.7769/gesec.v8i3.621>

ONDE DÓI? UM ESTUDO SOBRE DETERMINANTES E PROBLEMAS OSTEOMUSCULARES NOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RESUMO

A Universidade, como maior centro de formação de profissionais, deve observar como o ambiente interfere no que os profissionais produzem e são enquanto indivíduos, com ênfase nas suas especificidades ligadas ao processo saúde doença e buscar contorná-las. Trata-se de pesquisa de caráter exploratório, com abordagem quantitativa, realizada no *Campus* Avançado “Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia” (Cameam) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), na cidade de Pau dos Ferros/RN, com profissionais técnicos, sendo eles: Agentes técnicos administrativos e Técnicos de nível superior, com o objetivo de conhecer se esses profissionais reconhecem os riscos laborais a que estão expostos e identificar doenças decorrentes das suas atividades laborais. Para a coleta de dados foram utilizados questionamentos relacionados a abordagens sociais, profissionais, ambientais e morbidades presentes. Evidenciou-se a presença maciça de riscos no ambiente de trabalho, alimentados por aspectos relativos à produtividade acadêmica, com resultados claros no que diz respeito à intensificação do trabalho e desgaste dos profissionais. Destarte, é necessária uma discussão acerca dos riscos que envolvem os profissionais do meio acadêmico, bem como elaboração de políticas que propiciem ações preventivas sobre esses riscos, para que os profissionais possam estar cada vez mais amparados no seu ambiente de trabalho e nas suas práticas.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador. Universidade. Setor público. Determinantes sociais da saúde.

WHERE DOES IT HURT? A STUDY ABOUT OSTEOMUSCULAR DETERMINANTS AND PROBLEMS IN THE ADMINISTRATIVE TECHNICIANS OF UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ABSTRACT

The University, as the largest training center for professionals, should observe how the environment interferes with what professionals produce and are as individuals, with emphasis on their specificities linked to the disease health process, and seek to overcome them. This research has an exploratory aim, with a quantitative approach, carried out in *Campus* Avançado “Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia” (Cameam) of Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), in the city of Pau dos Ferros / RN, with professionals who are in technical level from this work environment, being: administrative staff and technical level who are undergraduates, aiming to know if these professionals recognize the occupational hazards they are exposed to and to identify diseases arising from their work activities. For data collection, a set of questions related to social, professional and environmental approaches and present morbidities was used. It is clear that there is a massive presence of hazards in the work environment, supplied by aspects related to the academic productivity, with clear results regarding to the intensification of work and fatigue of the professionals. Therefore, it is necessary to discuss the hazards that involve the professionals in the academic environment, as well as the elaboration of policies that provide

preventive actions on these hazards, so that professionals can be more and more supported in their work environment and activities.

Keywords: Occupational Health. Universities. Public Sector. Social Determinants of Health.

1 INTRODUÇÃO

Como um dos maiores centros de formação – dos quais sairão os novos profissionais – estão as universidades, responsáveis pela construção do saber de profissionais, dos mais diversos níveis e das mais diversas áreas para todo um mercado que exige que essa construção seja feita com altos níveis qualitativos, tal qual o modelo capitalista exige. Nesse sentido há de se proporcionar qualidade de vida aos profissionais que fazem parte desse meio (Lima e Lima-Filho, 2009).

Nos últimos anos, o discurso da produtividade, qualidade, eficiência e competitividade veio a dar características ao processo de educação que muitas vezes deixam aspectos sociais e pessoais fora da compreensão do que se pretende fazer no âmbito profissional. São cadeias invisíveis impostas pelo processo capitalista que estão influenciando diretamente na saúde física e mental dos profissionais que fazem a educação superior, estejam eles inseridos em qualquer ambiente da Universidade (González e Domínguez, 2009).

As universidades públicas são o maior exemplo de formação acadêmica e representam um esforço do ente público, seja ele federal, estadual ou municipal, em – buscando êxito social – formar profissionais que venham a dar retorno à própria população que faz parte daquele espaço, bem como uma maior oferta de capacitação para o ambiente onde elas (universidades) se instalam.

Com o reajuste de parâmetros sociais acerca do trabalho e o indivíduo, há uma mudança nas necessidades de como se portar frente a eles quando tratamos do processo saúde-doença desses profissionais. Ademais, o modelo de conformação dos ambientes de trabalho exerce fator preponderante em relação a esse mecanismo determinante, levando o grupo de envolvidos ao bem-estar ou mal-estar social (Serafim, Campos, Cruz & Rabuske, 2012).

Nesse sentido, há a necessidade de se verificar como grupos profissionais presentes no ambiente acadêmico observam-no e o quanto podem ser afetados por ele. Haja vista a inexistência de pesquisas de cunho epidemiológico com aprofundamento em questões importantes dentro de áreas de atuação específicas, principalmente quando se trata dos

profissionais de cunho administrativo operacional, que ocupam um papel coadjuvante no ambiente e que pelos quais as abordagens acontecem apenas de modo superficial.

O trabalho de cunho operacional destaca que um forte fator no processo de adoecimento é a intensificação do trabalho de ambos os meios, que a partir do aparecimento de uma série de novas demandas no serviço – sem práticas que preservem o bem-estar do profissional – pode provocar a degradação do trabalho, afetando a qualidade da atividade e do bem ou serviço produzido (Assunção & Oliveira, 2009).

Diante desse quadro, este artigo tem como propósito conhecer se esses profissionais que exercem atividades administrativas operacionais reconhecem os riscos laborais a que estão expostos, além de identificar morbidades decorrentes das suas atividades laborais cotidianas.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa, realizada no *Campus* Avançado “Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia” (Cameam) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), na cidade de Pau dos Ferros/RN, denominada “Saúde e trabalho em uma universidade do interior: conhecendo o que determina essa relação”, tendo seu início em maio de 2015 e sendo interrompida no momento em que a instituição passou por greve – de 25 de maio de 2015 até 21 de outubro do mesmo ano – sendo finalizada na primeira quinzena de dezembro.

Os sujeitos da pesquisa foram técnico-administrativos divididos entre TNMs (Técnicos de Nível Médio), legalmente nomeados como Agente Técnico Administrativo e TNSs (Técnicos de Nível Superior). Para compreensão e apreensão dos temas relacionados ao trabalho na Universidade, com características bem peculiares, a Lei Complementar n.º 389, de 30 de junho de 2009, cria cargos públicos vinculados ao quadro de pessoal da fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e caracteriza os profissionais como: 1) Agente Técnico Administrativo é o profissional com escolaridade mínima do ensino médio ou curso profissionalizante de ensino médio, com atribuições de executar serviços relacionados à rotina acadêmica, desenvolver as atividades administrativas envolvendo recursos humanos, materiais e financeiros, atender o público em geral, redigir e despachar expedientes administrativos e receber, organizar e arquivar documentos; 2) Técnico de Nível Superior é profissional com formação superior, atribuindo-se a ele planejar, elaborar, executar e

coordenar as atividades relacionadas com a respectiva área de formação profissional (Rio Grande do Norte, 2009).

Para participar da pesquisa o técnico deveria: a) estar em pleno exercício do cargo em caráter efetivo e que atuassem no *Campus* Avançado “Profª. Maria Elisa de Albuquerque Maia” (Cameam); b) ter possibilidade de responder o questionário; c) não estar em processo de aposentadoria; d) não estar licenciado da instituição; e) exercer função administrativa/operacional. Nesse sentido, conforme mostra a Tabela 1, a pesquisa foi realizada com 19 dos 27 técnicos de caráter administrativo do *Campus* em questão.

Tabela 1 - Número de técnicos, enquadramento funcional e percentual de participantes da pesquisa.

Cargo	Número total*	Participaram da pesquisa	%
TNM	17	13	76,4%
TNS	10	6	60%
Total	27	19	70,37%

Fonte: UERN (2016). UERN em números. Disponível em: <<http://www.uern.br/uernemnumeros/default.asp?item=uern-em-numeros-recursos-humanos>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

Pesquisa denominada “Saúde e trabalho em uma universidade do interior: conhecendo o que determina essa relação”, realizada no *Campus* Avançado “Profª. Maria Elisa de A. Maia” (Cameam/UERN) no ano de 2015.

O local da pesquisa comporta uma série de outros profissionais ditos “técnicos” – Técnico em informática, biblioteconomia, vigilância etc. –, mas apenas os listados acima assumem função administrativa operacional.

Para a coleta dos dados, optou-se por questionário, usando a ferramenta Google Docs®, na qual são gerados os questionários, pergunta a pergunta. Para fins de controle, o instrumento foi aplicado com presença de um membro da pesquisa, garantindo a assinatura do TCLE (Termo de Consentimento de Livre Esclarecido) por parte do entrevistado.

A tabulação dos dados foi realizada pelo próprio Google Docs® e para análise dos dados foram usados três meios, o aplicativo IBM® SPSS® *Statistics* – Versão 23 e o Microsoft Excel® 2013.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), sob o registro CAAE número 38523714.3.0000.5294.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É impossível dissociar as informações com as queixas de adoecimento por parte dos profissionais, em que prevalece o número de indivíduos do sexo masculino – ainda inferior ao apresentado por Braga Júnior (2013) em pesquisa realizada com docentes da Ufersa (Universidade Federal Rural do Semiárido), na qual 63,1% dos participantes são do sexo masculino –, bem como um público de jovens profissionais.

A carga horária dos profissionais e o amparo legal para tal fazem como que os estes sejam os profissionais que mais tempo permanecem no espaço físico Universidade, compreendendo todas as suas 40 horas – ao contrário do que acontece com os docentes, que se dedicam a atividades como pesquisa, extensão e à orientação de alunos de iniciação científica, graduação e até da pós-graduação – fazendo com que os determinantes do ambiente sejam mais visíveis/palpáveis nos técnicos de caráter administrativo operacional.

Inicialmente questionou-se aos técnicos sobre um perfil básico do seu trabalho, representado pela quantidade de anos que eles têm como servidores efetivos da instituição, o enquadramento etário entre indivíduos com até 40 anos e a partir de 41 anos e se o servidor possui mais de uma ocupação trabalhista, com a finalidade de conhecer como acontece a produção e quais as características básicas de trabalho dos grupos profissionais ao qual a pesquisa é direcionada.

Tabela 2 - Representação dos participantes por tempo de instituição, idade e que tenham ou não mais de um vínculo empregatício/trabalhista.

		0 a 10 anos		11 ou mais anos	
		N	%	N	%
Categoria	TNM	13	100%	0	0%
	TNS	4	66,6%	2	33,3%

		De 18 a 40 anos		A partir de 41 anos	
		N	%	N	%
Categoria	TNM	1	7,69%	12	92,3%
	TNS	2	33,3%	4	66,6%

		Não		Sim, possuo dois.	
		N	%	N	%
Categoria	TNM	12	92,3%	1	7,69%
	TNS	6	100%	0	0%

Fonte: Pesquisa denominada “Saúde e trabalho em uma universidade do interior: conhecendo o que determina

essa relação”, realizada no *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de A. Maia” (Cameam/UERN) no ano de 2015.

Esses profissionais têm um marco histórico no ano de 2010, quando foi realizado, até então, o maior concurso público para preenchimento de vagas no âmbito da UERN – em alguns *campi* esse seria o primeiro concurso público para preenchimento de cargos técnicos na história da instituição – e isso pode ser visualizado na Tabela 2, na qual há uma concentração nos grupos que indicaram que estão na instituição há dez ou menos anos, tendo apenas dois servidores com tempo superior aos dez anos enquanto servidor da instituição.

Para melhor análise dos dados, os respondentes foram divididos grupos de profissionais com idades entre 18 e 40 anos e a partir de 41 anos, o que proporciona melhor olhar quanto aos profissionais presentes no ambiente. Nesse sentido observa-se que, em todos os grupos profissionais, há predominância de indivíduos com até 40 anos, o que na prática representa que a maioria dos profissionais é mais jovem que a própria UERN (hoje com 47 anos).

Sobre a existência de mais de um vínculo trabalhista – sem especificar se essa ocupação é em cargo público ou privado – apenas um profissional o apontou. Esse fator é dificultado pelo fato de os profissionais, por legislação, não poderem acumular um cargo público de caráter técnico, sem especificidade de formação com outro cargo público de qualquer natureza, além da própria carga horária de trabalho, que dificulta a existência de um terceiro turno de trabalho, ou mesmo um novo cargo com apenas carga horária de 20 horas.

Tabela 3 - Representação de participantes que praticam atividade física e que usam computador fora do ambiente de trabalho.

	TNM		TNS	
	N	%	N	%
Pratica alguma atividade física?				
Respondentes de 18 a 40 anos	0	0%	1	16,6%
Respondentes a partir de 41 anos	4	30,76%	4	66,6%
Usa computador fora do trabalho?				
Respondentes de 18 a 40 anos	1	7,69%	2	33,3%
Respondentes a partir de 41 anos	11	84,61%	4	66,6%

Fonte: Pesquisa denominada “Saúde e trabalho em uma universidade do interior: conhecendo o que determina essa relação”, realizada no *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de A. Maia” (Cameam/UERN) no ano de 2015.

Questionados sobre sedentarismo, os profissionais que menos indicaram praticar atividades físicas foram os técnicos de nível médio – apenas 30,76% dos profissionais com

Onde dói? Um estudo sobre determinantes e problemas osteomusculares nos técnicos administrativos da universidade do estado do rio grande do norte

até 40 anos praticam atividade física –, muito embora nenhum entre os adultos com 41 anos ou mais fizeram essa indicação. Em contraponto, os técnicos de nível superior com até 40 anos apontaram que todos os participantes têm práticas esportivas de alguma natureza, e metade dos profissionais com 41 anos ou mais, similarmente indicaram a mesma prática. Os números apresentados preocupam, uma vez que, como Martinez e Latorre (2005) citam, esses profissionais que não praticam atividades físicas regularmente chegam a ter 1,29 vez mais chance de apresentarem hipertensão arterial, quando comparados aos demais servidores que praticam alguma atividade física.

Associado a isso, tem-se o ambiente não propício a boas práticas, sejam alimentares ou de saúde em geral, uma vez que, além do próprio sedentarismo, a carga de trabalho e a disponibilidade de horário de trabalho não proporcionam condições para que essas práticas sejam comuns e muito embora o próprio setor público possa conduzir os profissionais para práticas saudáveis no ambiente de trabalho, não existe política interna que tenha esse intuito e de caráter permanente, sobretudo nos *campi* Avançados da instituição.

Ao serem questionados sobre as vezes que realizaram uma determinada tarefa no ambiente ou em decorrência da atividade laboral, destacam-se os números e os itens abaixo, conforme Tabela 4, demonstrando um pouco da dinâmica daquele local de trabalho, bem como uma parte dos determinantes de saúde.

Tabela 4 - Representação dos participantes que fizeram apontamentos quanto aos móveis, trabalho repetitivo, esforço físico, veículos e ambiente da Universidade.

		Categoria			
		TNM		TNS	
		N	%	N	%
No último ano, quantas vezes trabalhou, no âmbito da Universidade, em cadeiras/mesas que proporcionem má postura?	Alta	9	69,2%	5	83,3%
	Baixa	3	23,1%	1	16,7%
	Média	1	7,7%	0	0,0%
No último ano, quantas vezes trabalhou, no âmbito da Universidade, em trabalhos repetitivos?	Alta	12	92,3%	6	100,0%
	Média	1	7,7%	0	0,0%
	Baixa	0	0,0%	0	0,0%
No último ano, quantas vezes trabalhou, no âmbito da Universidade, com necessidade de esforço físico?	Alta	4	30,8%	3	50,0%
	Baixa	6	46,2%	2	33,3%
	Média	3	23,1%	1	16,7%
No último ano, quantas vezes precisou se deslocar, em veículo da instituição que estava em más condições?	Alta	5	38,5%	1	16,7%
	Baixa	7	53,8%	2	33,3%
	Média	1	7,7%	3	50,0%
No último ano, quantas vezes precisou trabalhar em condições desfavoráveis?	Alta	8	61,5%	5	83,3%
	Baixa	2	15,4%	0	0,0%
	Média	3	23,1%	1	16,7%

Fonte: Pesquisa denominada “Saúde e trabalho em uma universidade do interior: conhecendo o que determina essa relação”, realizada no *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de A. Maia” (Cameam/UERN) no ano de 2015.

Observando-se o ambiente enquanto espaço físico e na perspectiva de melhor compreender o espaço como contexto social, a Norma Regulamentadora (NR) 5, que versa sobre a Comissão Interna de prevenção de Acidentes (Cipa), que tem como objetivo “a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador”, o conceito de “mapa de risco” objetiva, a partir de informações diversas, promover um diagnóstico de como o recinto de trabalho pode interferir no dia-a-dia de trabalho do indivíduo (Inmetra, 2017).

A partir desse conceito, essa dimensão da pesquisa buscou estabelecer, a partir da ótica dos profissionais presentes no ambiente universitário estudado, quais seriam os riscos presentes, com base na divisão dos tipos de riscos ambientais.

Muito embora o conceito final de mapa de risco seja a criação de uma representação de espaço na qual estejam contidos todos os perigos em cada ambiente do espaço estudado, o objetivo de questionar os profissionais acerca deles mesmos foi indicar a existência do risco, sem identificação do local/espaço nem mensuração da compreensão do que seria o risco, com a finalidade de apresentar percepção da exposição dos profissionais ao mesmo.

No sentido dos riscos ergonômicos, foram colocados aos profissionais se no último ano, quantas vezes trabalhou, no âmbito da universidade: 1) em cadeiras/mesas que proporcionem má postura?; 2) em trabalhos repetitivos? 3) com necessidade de esforço físico?; 4) veículo em más condições, e; 5) em condições desfavoráveis. Os dois últimos itens não foram explicitados aos pesquisados, uma vez que o fator a ser analisado seria se o pesquisado vê um ambiente ou situação que se enquadre no item e se o ambiente o apresenta.

Um fator bastante apontado por todos os grupos técnicos da universidade foi quanto ao uso de móveis que proporcionam má postura, com indicação de frequência alta acima de 69% em todos os grupos. Nesse sentido, observando-se a NR 17, que trata de ergonomia, os profissionais deveriam trabalhar em mobiliário que esteja de acordo com a forma que o profissional trabalha. Estando o profissional sentado – situação frequente na lida dos técnicos administrativos – nos móveis, estes devem estar adaptados para essa posição, proporcionando melhor visualização do posto de trabalho como um todo, com assentos reguláveis, com bordas arredondadas e encosto adaptado ao conforto lombar do profissional. Caso os profissionais tenham de ficar em pé para o exercício laboral, os instrumentos de trabalho devem ficar ao

alcance e com boa visualização, além do mais deverá haver assento de fácil acesso para os momentos de descanso do profissional (Brasil, 2002).

Quanto aos equipamentos utilizados pelos profissionais, sobretudo os computadores, devem ter condições de ajustamento de tela e iluminação do ambiente, teclado independente para que o profissional possa adequá-lo à sua posição ergonômica com facilidade, a distância entre o olho e o teclado, o olho e a tela e o olho e o documento a ser utilizado devem ser compatíveis para que não haja maior cansaço por parte do profissional e as superfícies de trabalho devem ter sua altura ajustável (Brasil, 2002).

Quanto ao esforço físico por parte dos profissionais, a indicação ficou entre 30% e 50% quanto a alta frequência de necessidade de esforço físico, valores estes que se justificam quando observamos a estrutura física do ambiente estudado, onde os departamentos, geralmente, não se encontram próximos às salas de aula, salas de pesquisa etc. Os profissionais necessitam se deslocar com materiais (projektor, *notebook*, material de expediente etc.) numa estrutura que além de não ter os ambientes tão próximos, ainda conta com estrutura predial com oferta de aula para pelo menos três cursos, além da pós-graduação que funciona prioritariamente em um prédio de três pisos, acessível apenas por meio de escada, sem apoio físico de corrimão.

Os percentuais evidenciam que os profissionais entendem que o ambiente não é o mais apto ao trabalho, quando questionados sobre condições desfavoráveis – mesmo sem questionar quais seriam essas condições e a que elas estariam ligadas – muitos dos dados apresentados até aqui ficam mais claros, uma vez que há o reconhecimento por parte dos respondentes que são parte do processo.

Num sentido mais amplo de ambiente de trabalho, há a necessidade de se observarem normatizações já existentes como as Normas Reguladoras (NRs), sobretudo as de caráter preventivo, como exemplo da NR 5, que versa sobre a Cipa através, especialmente de elementos como o mapa de risco, e a NR 9, que trata do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), abordando sobre riscos ambientais, apresentando a obrigação de que a instituição trabalhe na construção desse Programa, com a necessidade de focar na prevenção de acidentes envolvendo os profissionais pela antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos; além de constituir políticas mais sólidas e institucionais como núcleos internos em saúde do trabalhador.

Mendes e Wünsch (2007) tratam de uma abordagem sobre o ambiente e trabalho, apontando ser necessário envolver o sujeito como participante ativo das mudanças nos aspectos relacionados à saúde do trabalhador para que os profissionais saiam da passividade

quanto ao enfrentamento dos riscos e morbidades provenientes da atuação profissional e do ambiente. Defende, inclusive, que esse processo seja um projeto de grupo e de enfrentamento às falhas no processo de proteção ao trabalhador, para que a ação tenha resultados institucionais mais efetivos.

Sobre o deslocamento com veículo institucional, 38,5% dos técnicos de nível médio e pouco mais de 16% dos técnicos de nível superior, apontaram que no último ano se deslocaram em veículos da instituição que estavam em más condições. Esses valores se justificam no fato de os técnicos administrativos necessitarem se deslocar menos do que os profissionais docentes, uma vez que há, na instituição, presença predominante dos docentes em comissões e comitês, inclusive de caráter administrativo, que se reúnem na unidade central da Universidade.

No ambiente da instituição, pouco mais de 60% dos técnicos de nível médio e pouco mais de 80% dos técnicos de nível superior apontaram ter trabalhado em ambiente que propiciaram condições desfavoráveis (calor excessivo, luminosidade inadequada, ausência de equipamentos de proteção coletivos etc.)

Entrando nos aspectos mais individuais, foi questionada a existência ou queixa de dor com características osteomusculares por parte desses profissionais em diversos locais do corpo. A Tabela 5 – a seguir – destaca as queixas mais relatadas pelo grupo de profissionais.

Em pesquisa realizada com professores do ensino fundamental da cidade de Matinhos – PR (Mango, Carilho, Kopplin, Drabovski, Joucoski, Emerson, Camargo & Gomes, 2012), os docentes indicaram que, nos últimos 12 meses, as maiores complicações de cunho osteomuscular que impediram que eles realizassem suas atividades diárias foram os desconfortos: 1) na parte inferior das costas (com 51,5%); 2) nos ombros e na parte superior das costas e ombros (com 49,2% cada); 3) no pescoço (com 47,6%); 4) nos punhos/mãos, com (42%); 5) nos tornozelos/pés (com 41,2%), e; 6) nos joelhos (com 33,3%).

Tabela 5 - Representação dos participantes que fizeram apontamentos quanto dor ou desconforto osteomuscular.

	Categoria			
	TNM		TNS	
	N	%	N	%
Desconforto/dor na coluna	11	84,6%	5	83,3%
Desconforto/dor nos ombros	10	76,9%	4	66,7%
Desconforto/dor nos braços	7	53,8%	3	50,0%
Desconforto/dor nos cotovelos	6	46,2%	1	16,7%
Desconforto/dor nos punhos	7	53,8%	2	33,3%
Desconforto/dor nas mãos	6	46,2%	1	16,7%

Onde dói? Um estudo sobre determinantes e problemas osteomusculares nos técnicos administrativos da universidade do estado do rio grande do norte

Desconforto/dor nos membros inferiores	9	69,2%	3	50,0%
Desconforto/dor no quadril	5	38,5%	2	33,3%
Desconforto/dor nos ombros	10	76,9%	4	66,7%
Desconforto/dor nos antebraços	7	53,8%	1	16,7%
Desconforto/dor nos dedos	5	38,5%	1	16,7%
Desconforto/dor na região lombar	10	76,9%	3	50,0%
Tensão na nuca	10	76,9%	5	83,3%

Fonte: Pesquisa denominada “Saúde e trabalho em uma universidade do interior: conhecendo o que determina essa relação”, realizada no *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de A. Maia” (Cameam/UERN) no ano de 2015.

Para que se pudesse ter dados organizados por interesse, esse bloco de questionamentos foi dividido em três: 1) Sobre doenças, no qual o servidor indicaria com “Não apresento”, “Já apresentei” e “Apresento frequentemente” acerca do que mais lhe representasse a partir da apresentação da doença. Para melhor compreensão dos resultados e apresentação estatística, houve o agrupamento das opções “já apresentei” e “apresento frequentemente”. As representações contidas na tabela são dos profissionais que indicaram ter a morbidade que foi levantada, mesmo que ela possa ter acontecido em outro momento. Para melhor abordar os questionamentos acerca de doenças/situações de saúde, os dados foram agrupados entre os profissionais que indicaram apresentar frequentemente ou já ter apresentado a morbidade apontada na pesquisa.

Observando-se os índices apresentados, a pesquisa indica que a tensão na nuca e o desconforto nos ombros, respectivamente, são os fatores mais citados como presentes no dia a dia desses profissionais, ao mesmo tempo, em sentido inverso ao aplicado até então, temos o desconforto nos cotovelos, antebraços, dedos e mãos com os menores índices de indicação por parte dos entrevistados; muito embora o trabalho deles em grande parte aconteça em computadores, não foram apontados grandes valores nesses quesitos.

Os dados apontados na Tabela 5 podem estar diretamente associados à indicação dos profissionais sobre os móveis que proporcionam má postura, em que os percentuais de indicação alta variaram entre 83,3% (técnicos de nível superior) e 69,2% (técnicos de nível médio), o que influi no caráter postural, podendo ser justificado pelo fato de que os técnicos tendem a passar longos períodos sentados, muitas vezes – também – em cadeiras e mesas que não respeitam as dimensões do indivíduo, podendo ser mais baixa ou mais alta que o necessário, bem como cadeiras sem apoio de braços, com apoio para a coluna abaixo do necessário ou mesmo que não possam ser mudados de posição a ponto de que os profissionais tenham mais conforto.

Ferreira, Shimano e Fonseca (2009), em pesquisa conforto ergonômico em uma empresa financeira, apontaram soluções para a problemática encontrada naquele ambiente, elencando aquisição de material (cadeiras, suportes e cortinas) que ofereçam conforto postural e térmico, orientações quanto às melhores formas de se portar, de organizar materiais para evitar problemas, regulagens gerais dos móveis e equipamentos, como os eletrônicos, que permitam ser reorganizados naquela estação de trabalho. Essas indicações são pertinentes também ao ambiente em que esta pesquisa foi realizada, o que foi demonstrado pelos dos números apresentados.

Sabendo das morbidades que poderiam ser encontradas entre o grupo de servidores pesquisados, outro dado importante a ser observado é o padrão de consumo de medicamentos e nesse sentido o padrão de uso apresentado condiz com o que Arrais, Coelho, Batista, Carvalho, Righi & Arnau (1997) apresentam, uma vez que o grupo de medicamentos mais usado pelos brasileiros são os analgésicos, tendo como segundo colocado os descongestionantes nasais, seguidos pelos anti-inflamatórios e antimicrobianos.

Remetendo-se à Tabela 6, destacamos, conforme o autor em questão, o uso de analgésicos e de anti-inflamatórios, medicamentos estes geralmente usados quando existem dores, o que se pode imaginar que sejam sobretudo musculares, uma vez que há forte relação com a Tabela 5. Os dados apresentados na referida tabela têm a função de apresentar as práticas medicamentosas dos profissionais – mesmo sem questionar se houve a prescrição por parte do profissional médico, ou não – e confrontar esse uso com as morbidades apontadas pelos profissionais em momento anterior.

Tabela 6 - Profissionais que indicam já terem usado ou fazerem uso frequente dos seguintes medicamentos ou preparados caseiros relacionados.

Medicamento / Preparados Caseiros	Categoria			
	40 N	%	DE N	%
Analgésicos / Relaxante muscular	14	93,3	36	87,8
Anti-inflamatório	12	80	37	90,2
Fitoterápicos / Naturais	7	46,7	23	56,1

Fonte: Pesquisa denominada “Saúde e trabalho em uma universidade do interior: conhecendo o que determina essa relação”, realizada no *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de A. Maia” (Cameam/UERN) no ano de 2015.

Pode-se destacar na Tabela, e conforme dados apresentados anteriormente, o uso de Analgésicos/relaxantes musculares seguidos pelos anti-inflamatórios como medicamentos

mais usado pelos profissionais. Muito embora não se tenha definido o fim para o uso de fitoterápicos, os profissionais fizeram uma indicação significativa desse uso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados pela pesquisa apresentaram uma problemática maior quanto às abordagens, bem como, informalmente, com diálogos que subsidiaram toda uma discussão no contexto da universidade e o zelo com o qual a própria universidade trata os profissionais que fazem parte dela, uma vez que a presença – e o reconhecimento da presença – de riscos aos profissionais, identificação de problemas na estrutura física, na mobilidade, nos ambientes de sala de aula, quanto a fatores de intensificação de trabalho, principalmente quanto à produtividade dos grupos profissionais, refletindo sobre as práticas de saúde destes.

Observados os aspectos apresentados, constatamos que há a identificação, por parte dos profissionais, dos fatores ambientais que ofertam más condições de trabalho, afetando-os diretamente quando investigada a presença de morbidades de caráter preponderantemente osteomuscular. Destarte, observa-se que a falta de ações preventivas – que vão desde a troca de móveis para que haja ergonomia laboral até a criação de políticas internas de apoio aos profissionais – colaboram para que os riscos à saúde estejam mais evidentes, além de estar influenciando o contexto social desses profissionais.

Dentre os programas que abordam a observação do ambiente, visando maior compreensão e a prevenção de acidentes no ambiente de trabalho, apenas a Cipa aparece com uma proposta concreta de formação, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para 2016 – 2026 da UERN, aprovado por meio da Resolução N.º 34/2016-Consuni/UERN, com planejamento para conclusão até 2018, enquanto política de atenção à saúde e melhoria da qualidade de vida dos servidores da instituição no ambiente de trabalho, tendo como base de apoio o curto tempo de implantação, muito embora a Comissão seja parte da Norma Regulamentadora 5, que é uma diretriz do Ministério do Trabalho, dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 8 de junho de 1978 (UERN, 2016).

Diante de toda uma discussão acerca da saúde dos profissionais que estão inseridos na universidade é salutar observar que, no mesmo PDI, a terceira ação proposta trata de criar e implantar uma política de saúde e segurança do servidor, ação essa um pouco tardia quanto às suas necessidades – haja vista que a universidade está em funcionamento há mais de 40 anos –, com observação às normas legais, o que aparenta ser uma ação de caráter protocolar,

visando atender à legislação e não aos servidores, que seriam seus maiores beneficiados (UERN, 2016).

Observa-se que a força da produtividade acadêmica é bastante evidente no ambiente dos profissionais, expressa, sobretudo, pelos preocupantes índices apontados. É necessário compreender que para a universidade continuar produzindo de acordo com a demanda, tais profissionais devem estar em plenas condições de cumprir com as características operacionais, que promovem todo esse processo.

Vale destacar que além dos grupos profissionais que participaram – por meio de representações do grupo – a universidade comporta vários grupos profissionais como os técnicos especializados (em informática, biblioteconomia e laboratorial), docentes em regime de 20 horas semanais, docentes em regime de 40 horas, docentes em regime de dedicação exclusiva, docentes em regime de contrato provisório, técnicos de nível fundamental, vigilantes, motoristas, eletricitas, auxiliares de serviços diversos (estes quatro últimos grupos, hoje, predominantemente, terceirizados), ficando todos – guardadas as interações institucionais/sociais – à mercê dos riscos encontrados no ambiente e que nem sempre – no caso dos grupos terceirizados – se servem de ações de caráter preventivo quanto tratamos da saúde deles, sendo ainda mais expostos aos aspectos ligados à precariedade em que os serviços vêm sendo expostos.

Espera-se que, a partir dos dados aqui apresentados, se possa evoluir no contexto da discussão acerca da saúde do trabalhador na universidade, e que essa evolução possa trazer bons frutos para a própria instituição, com profissionais mais bem acompanhados e também mais participativos.

REFERÊNCIAS

- Arrais, Paulo Sérgio D.; Coelho, Helena Lutécia L.; Batista, Maria do Carmo D. S.; Carvalho, Marisa L.; Righi, Roberto E. & Arnau, José Maria. (1997). Perfil da automedicação no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 31(1), 71-77. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101997000100010>
- Assunção, Ada Ávila & Oliveira, Dalila Andrade. (2009). Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educação & Sociedade*, 30(107), 349-372. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000200003>

Onde dói? Um estudo sobre determinantes e problemas osteomusculares nos técnicos administrativos da universidade do estado do rio grande do norte

- Braga Júnior, F. V. (2013). *Saúde vocal e docência no ensino superior*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, RN, Brasil.
- Brasil (1999). *NR 5 - Comissão interna de prevenção de acidentes*. Recuperado em 8 fevereiro, 2016, de <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D311909DC0131678641482340/nr_05.pdf>.
- Brasil (2002). *NR 17: Ergonomia*. Recuperado em 4 fevereiro, 2016, de <http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/nr_17.asp>.
- Brasil (2013). *Resolução nº 466, 2012. Diretrizes e Normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos*. Brasília, DF, Conselho Nacional de Saúde, 13 jun. 2013.
- Ferreira, Vanessa Maria de Vargas; Shimano, Suraya Gomes Novais & Fonseca, Marisa de Cássia Registro (2009). Fisioterapia na avaliação e prevenção de riscos ergonômicos em trabalhadores de um setor financeiro. *Fisioterapia e Pesquisa*, 16(3), 239-245. <https://dx.doi.org/10.1590/S1809-29502009000300009>
- Inmetra (2014). Norma NR5 - Cipa. Recuperado em 4 agosto, 2017, de <<http://atendimento.inmetra.com.br/support/solutions/articles/75640-norma-nr5-cipa>>.
- Lima, Maria de Fátima Evangelista Mendonça, & Lima-Filho, Dario de Oliveira. (2009). Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. *Ciências & Cognição*, 14(3), 62-82. Recuperado em 31 julho, 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212009000300006&lng=pt&tlng=pt.
- Mango, Maria Silvia Martins; Carilho, Mônica Kopplin; Drabovski, Bianca; Joucoski, Emerson, Garcia, Maurício Camargo & Gomes, Anna Raquel Silveira. (2012). Análise dos sintomas osteomusculares de professores do ensino fundamental em Matinhos (PR). *Fisioterapia em Movimento*, 25(4), 785-794. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-51502012000400011>

- Martinez, Maria Carmen & Latorre, Maria do Rosário Dias de Oliveira. (2006). Fatores de risco para hipertensão arterial e diabete melito em trabalhadores de empresa metalúrgica e siderúrgica. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 87(4), 471-479. <https://dx.doi.org/10.1590/S0066-782X2006001700012>
- Mendes, Jussara Maria Rosa & Wünsch, Dolores Sanches (2007). Elementos para uma nova cultura em segurança e saúde no trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 32(115), 153-163. <https://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572007000100014>
- Lei Complementar Nº 389, de 30 de junho de 2009. Rio Grande do Norte, 5p. Recuperado em 15 fevereiro, 2016, de <<http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-recursos-humanos/arquivos/0068leicom389.pdf>>.
- Serafim, Alessandra da Cruz; Campos, Izabel Carolina Martins; Cruz, Roberto Moraes, & Rabuske, Michelli Moroni. (2012). Riscos psicossociais e incapacidade do servidor público: um estudo de caso. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(3), 686-705. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000300013>
- Tamez González, Silvia & Pérez Domínguez, Josué Federico (2009). El trabajador universitario: entre el malestar y la lucha. *Educação & Sociedade*, 30(107), 373-387. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000200004>
- UERN (2016). *Plano de Desenvolvimento Institucional da UERN*. Recuperado em 30 julho, 2017, de <<http://www.uern.br/default.asp?item=documentos-pdi>>.
- UERN (2016). *UERN em números*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016, de <<http://www.uern.br/uernemnumeros/default.asp?item=uern-em-numeros-recursos-humanos>>.